

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A FASE RECURSAL EXTRAORDINÁRIA TRABALHISTA

| | |
|--|----|
| 1. Apresentação do tema..... | 19 |
| 2. A relação entre processo do trabalho e processo civil..... | 20 |
| 3. A importância e função dos recursos no ordenamento jurídico. | 24 |
| 3.1. Reflexão acerca do conceito de recursos e sua aplicação aos recursos de natureza extraordinária | 24 |
| 3.2. Os recursos como desdobramento do direito fundamental de ação | 29 |
| 3.3. Acesso aos tribunais como elemento do acesso à Justiça. Duplo grau de jurisdição e direito à tutela efetiva e adequada ... | 32 |
| 3.4. Fase recursal e princípio da isonomia | 34 |
| 3.5. O excesso processual na fase extraordinária..... | 36 |
| 3.6. A tendência de coletivização na saída | 37 |
| 4. Jurisdição recursal trabalhista e o papel dos Magistrados do trabalho... | 39 |
| 4.1. Fortalecimento da Justiça do Trabalho na Constituição de 1988 e os novos desafios..... | 39 |
| 4.2. Autoridade e uniformidade do direito aplicável às relações de trabalho. Mas que direito? O constitucionalismo e o papel do Juiz | 42 |
| 4.3. Aplicação de um ordenamento composto por princípios e uniformidade de sua interpretação | 47 |
| 4.4. A Constitucionalização do Direito e seus reflexos no direito aplicável às relações de trabalho. | 52 |
| 4.5 A valorização dos tratados internacionais sobre direitos humanos pelo constitucionalismo. | 55 |

| | |
|--|----|
| 5. O papel do Tribunal Superior do Trabalho nos recursos de natureza extraordinária. | 60 |
| 5.1. Recursos de natureza extraordinária no Tribunal Superior do Trabalho..... | 60 |
| 5.2. A organização e competência do Tribunal Superior do Trabalho | 62 |
| 5.3. A função do Tribunal Superior do Trabalho de zelar pelo direito aplicável às relações de trabalho e da uniformização de sua interpretação | 67 |

CAPÍTULO II

RECURSO DE REVISTA E EMBARGOS POR DIVERGÊNCIA EVOLUÇÃO LEGISLATIVA E ATUAIS TENDÊNCIAS

| | |
|--|----|
| 1. Evolução Legislativa dos Recursos de Revista e de Embargos por divergência. | 71 |
| 2. Síntese das alterações promovidas pela Lei n. 13.015/2014..... | 76 |
| 3. Síntese das alterações promovidas pelo novo Código de Processo Civil na parte recursal..... | 84 |

CAPÍTULO III

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS RECURSOS E SUA APLICAÇÃO AO RECURSO DE REVISTA E EMBARGOS POR DIVERGÊNCIA

| | |
|---|-----|
| 1. Atos judiciais sujeitos a recursos | 103 |
| 2. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito | 112 |
| 3 Admissibilidade e mérito nos recursos de natureza extraordinária | 120 |
| 4. Pressupostos recursais. | 124 |
| 4.1. Divergências nas classificações..... | 124 |
| 4.2 Tempestividade..... | 128 |
| 4.3 Preparo..... | 135 |
| 4.4 Regularidade formal | 143 |
| 4.5 Representação | 152 |
| 4.6 Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do direito de recorrer..... | 156 |
| 4.7. Legitimidade | 159 |

| | |
|--|-----|
| 4.8. Interesse..... | 165 |
| 4.9. Cabimento..... | 166 |
| 5. Ausência de efeito suspensivo nos recursos trabalhistas | 168 |
| 6. Efeito devolutivo dos recursos trabalhistas de natureza extraordinária. | 170 |
| 6.1. Considerações gerais..... | 170 |
| 6.2. Efeito devolutivo e pré-questionamento. | 176 |
| 6.3. Pré-questionamento e mérito do recurso. O efeito translativo no recurso de natureza extraordinária. | 188 |
| 6.4. Distinção entre matéria de fato e de direito..... | 191 |
| 6.5. A discussão em torno do dano moral..... | 196 |

CAPÍTULO IV

RECURSO DE REVISTA E DE EMBARGOS POR DIVERGÊNCIA. ESPECIFICIDADES.

| | |
|---|-----|
| 1. Recurso de revista. Considerações gerais..... | 207 |
| 2. O problema da transcendência..... | 209 |
| 3. Redação vigente do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.... | 211 |
| 3.1. Recurso de revista por divergência jurisprudencial nos termos da alínea “a” do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho | 215 |
| 3.1.1. Exigência para o conhecimento do recurso por divergência jurisprudencial | 217 |
| 3.1.2. Recurso de revista por contrariedade a súmula e orientação jurisprudencial..... | 226 |
| 3.2. Recurso de revista por divergência jurisprudencial nos termos da alínea “b” do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho. | 229 |
| 3.3. Recurso de revista por violação – art. 896, “c”, da Consolidação das Leis do Trabalho. | 232 |
| 3.4. Recurso de revista no procedimento sumário..... | 237 |
| 3.5. Recurso de revista no procedimento sumaríssimo..... | 238 |
| 3.6. Recurso de revista em execução..... | 239 |

| | |
|---|------------|
| 4. Procedimento do recurso de revista. Recursos de revista repetitivos e assunção de competência | 241 |
| 4.1. Procedimento padrão | 241 |
| 4.2. Uniformização de jurisprudência para fins de cabimento do recurso de revista por divergência | 246 |
| 4.3. Incidente de assunção da competência | 250 |
| 4.4 Incidente de recursos de revista repetitivos..... | 252 |
| 5. Recurso de embargos por divergência..... | 258 |
| 5.1. Considerações gerais..... | 258 |
| 5.2. Ampliação de seu cabimento no caso de divergência e contrariedade a súmula e orientação jurisprudencial..... | 259 |
| 5.3. Dispositivos incluídos pela Lei n. 13.015, de 2014 | 263 |
| 5.4. Decisões das quais cabe o recurso de embargos | 265 |
| 5.5. Exigências para o conhecimento do recurso de embargos por divergência..... | 268 |
| 5.6. Análise em embargos da divergência para o conhecimento do recurso de revista..... | 270 |
| 5.7. Procedimento no recurso de embargos..... | 271 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 277 |